

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

A vez do “núcleo de gerência”

STF começa a analisar, amanhã, denúncia da PGR contra acusados de pôr em curso manobras para consumação do golpe

» MAIARA MARINHO

O Supremo Tribunal Federal (STF) inicia, amanhã, o julgamento da denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República do segundo grupo de envolvidos na tentativa de golpe de Estado para manter o ex-presidente Jair Bolsonaro no poder. Os cinco (**veja quem são no quadro abaixo**) foram classificados pela PGR como integrantes do “núcleo de gerência” e teriam sido incumbidos de praticar ações que criassem barreiras à impedir a vitória eleitoral, a posse de Luiz Inácio Lula da Silva e as ações iniciais do atual governo.

Entre as iniciativas contra o atual presidente, constava até que ele fosse impedido de assumir por meio de uma trama violenta — que previa que fosse assassinado, assim como o vice Geraldo Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal e então presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Nesta etapa, os ministros da Primeira Turma — Cristiano Zanin (presidente), Moraes (relator das ações), Luiz Fux, Flávio Dino e Cármen Lúcia — apenas analisam os dados reunidos na denúncia entregue pela PGR.

As defesas dos acusados serão ouvidas amanhã e, na quarta-feira, os ministros iniciam a leitura dos votos para decidirem se os cinco tornam-se réus — e podem pegar até 43 anos de prisão em caso de condenação. Os crimes pelos quais estão sendo acusados são abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, participação em organização criminosa com arma de fogo, dano qualificado contra o patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado.

Resposta do STF

Diante da campanha de que há exagero nas punições impostas aos golpistas do 8 de Janeiro — versão defendida pelos bolsonaristas —, a Corte rebateu as críticas feitas em artigo da revista *The Economist* de que diz que o ministro Alexandre de Moraes tem “poderes excessivos” e que o STF enfrenta “crescentes questionamentos”. Nota assinada pelo presidente, ministro Luís Roberto Barroso, defende a atuação do magistrado e nega a alegada crise de confiança na Corte. “O enfoque dado na matéria corresponde mais à narrativa dos que tentaram o golpe de Estado do que ao fato real de que o Brasil vive uma democracia plena, com Estado de direito, freios e contrapesos e respeito aos direitos fundamentais”, destaca a nota.

A revista afirmou que o

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



A imprensa acompanhou de fora do STF sessão que tornou Bolsonaro réu. O mesmo esquema deve se repetir com a nova leva de denunciados

Quem é quem

Marcelo Camargo/Agência Brasil



MÁRIO FERNANDES

General da reserva, está preso preventivamente desde dezembro do ano passado. É acusado de ser um dos articuladores da trama golpista, após ter sido encontrado com ele um planejamento detalhado, chamado Punhal Verde e Amarelo, que envolvia o assassinato de Lula, Alckmin e Alexandre de Moraes. Seria executado em 15 de dezembro de 2022, quatro dias antes da data-limite para a diplomação.

Reprodução/Redes sociais



FILIPE MARTINS

Ex-assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República, foi preso preventivamente em fevereiro de 2024 e solto em agosto. É acusado de redigir a minuta do golpe para impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva após as eleições de 2022. Seus advogados solicitaram ao ministro Alexandre de Moraes para que ele circule em Brasília, além do trajeto estabelecido pela Corte — aeroporto-hotel-STF.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



SILVINEI VASQUES

Ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), é acusado de tentar interferir no resultado das eleições de 2022, por causa das blitz no dia do segundo turno da corrida presidencial em cidades do Nordeste, onde estava a principal base eleitoral de Lula. Na ocasião, os eleitores foram impedidos pelos agentes de acessarem os locais de votação. As barreiras foram suspensas após Moraes ameaçar prendê-lo.

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



FERNANDO OLIVEIRA

Delegado federal, era secretário-executivo de Segurança Pública (SSP-DF) no governo de Ibaneis Rocha, quando os prédios da Praça dos Três Poderes foram tomados por ações de depredação. É acusado de ignorar, deliberadamente, as informações repassadas pelo diretor-geral da PF, Andrei Passos, para impedir a entrada de manifestantes na Esplanada dos Ministérios em 8 de janeiro de 2023.

Divulgação/CLDF



MARÍLIA ALENCAR

Delegada federal, foi nomeada por Fernando de Sousa Oliveira para ocupar o cargo de subsecretária de Inteligência na SSP-DF, dias antes da depredação dos prédios dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023. Ela é acusada de restringir a difusão de orientações da Polícia Federal sobre as ações que deveriam ser empenhadas pelas equipes de segurança do DF no dia das depredações dos bolsonaristas.

Supremo poderia agravar uma suposta crise de confiança na Corte. “O enfoque dado na matéria corresponde mais à narrativa dos que tentaram o golpe de Estado do que ao fato real de que o Brasil vive uma democracia plena, com Estado de direito, freios e contrapesos e respeito aos direitos fundamentais”, destaca a nota.

que esses casos sejam analisados

pelas turmas, e não pelo plenário. “Mudar isso é que seria excepcional”, destaca a nota.

O presidente do STF rebate a sugestão de suspender Moraes do julgamento de Bolsonaro. Segundo ele, o ex-presidente ofendeu quase todos os integrantes da Corte e “se a suposta animosidade em relação a ele pudesse

ser um critério de suspeição, bastaria o réu atacar o tribunal para não poder ser julgado”.

Barroso salienta que, apesar de a reportagem citar “algumas das ameaças sofridas pela democracia” no país, deixou quase todos os integrantes da Corte e “se a suposta animosidade em relação a ele pudesse

insuflada por extremistas”. A nota cita, ainda, o plano de assassinato de Lula, de Alckmin e de Moraes. “Foi necessário um tribunal independente e atuante para evitar o colapso das instituições, como ocorreu em vários países do mundo, do Leste Europeu à América Latina”, lembrou Barroso.

Estratégia anti-anistia

O Palácio do Planalto ainda não deixou clara a estratégia a que recorrerá para impedir o avanço do projeto de lei que pede anistia para os condenados pela tentativa de golpe do 8 de Janeiro. Com a possibilidade de a oposição recrudescer o movimento de obstrução a pautas de interesse do governo — sobretudo o PL que isenta quem ganha salário de até R\$ 5 mil do pagamento de Imposto de Renda —, são duas as apostas entre os aliados: o presidente dar início a uma minirreforma no primeiro escalão ou cobrar que ministros do Centrão intervenham junto às bancadas para sepultar a anistia.

A possibilidade de discutir a dosimetria das penas aos golpistas, como sinalizar a ministra Gleisi Hoffmann, da Secretaria de Relações Institucionais, está afastada. A reação negativa dos ministros do Supremo Tribunal Federal levou ao abandono da ideia. Para os integrantes do STF, seria uma descortesia com a Corte e a capitulação do governo à versão bolsonarista de que as penas são exageradas.

Segundo Rodrigo Prando, cientista político e professor na Universidade Presbiteriana Mackenzie, a negociar a dosimetria tiraria a “liderança do golpe de Bolsonaro e daqueles que serão julgados da última denúncia aceita pelo Supremo”.

O líder do PL, deputado Sôstenes Cavalcanti (RJ), anunciou que procurará os líderes do PSD, do PP e do União Brasil para que estejam ao lado deles no Colégio de Líderes a fim de aumentar a pressão sobre o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para que coloque o projeto da anistia para andar, conforme prevê o requerimento de urgência. O Palácio do Planalto pretende jogar também nesta seara para impedir que o texto avance.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer que os ministros do PP, do União e do PSD entrem em campo para barrar a anistia. Mas tal esforço tem tudo para não dar o resultado esperado pelo Palácio. Para o cientista político Sérgio Praça, a oposição no Congresso está ganhando.

“A discussão da anistia é um tema que interessa somente à oposição bolsonarista e é isso o que a gente está discutindo há semanas já. O governo cometeu um erro ao superestimar a lealdade dos deputados da base”, observou. (MM com Fabio Grecchi)

ROBERTO BRANT

EM TODOS OS CAMPOS DE ATIVIDADE DO NOSSO PAÍS, HÁ HOMENS E MULHERES DE ALTO NÍVEL, CAPAZES DE COMPETIR EM QUALQUER LUGAR DO MUNDO. POR QUE SÓ NA POLÍTICA FALTA TALENTO?

A vontade dos homens e a vontade das leis

Num tempo distante, em que políticos de Minas eram admirados pela virtude e pela sabedoria, o governador Milton Campos, pressionado por seu partido para instrumentalizar o governo em seu benefício político, resistiu dizendo que ao governo dos homens preferia, sempre, o governo das leis. Na linguagem da política moderna, estava dizendo que a força das instituições deveria prevalecer sobre a vontade dos homens.

A democracia e a economia de livre mercado combinadas produziram o período de maior progresso e maior liberdade em toda a história da humanidade. Não foi um tempo em que grandes homens faziam a história apenas com sua vontade. Foi um tempo em que instituições políticas e econômicas impessoais

asseguraram um ambiente de segurança jurídica e previsibilidade econômica, no qual empresas e pessoas puderam prosperar e cooperar.

Um dos grandes pensadores de nosso tempo, o filósofo austríaco Karl Popper, afirmava que a democracia não tinha o poder de garantir que só os melhores e os mais capazes seriam escolhidos para governar. Mas, para sobreviver, a democracia teria que ter os meios e os instrumentos para impedir que maus governantes pudessem fazer ao país males irremediáveis.

Nos Estados Unidos e na Europa, essa regra prevaleceu por muito tempo. Aqui na América Latina e também na Ásia, as instituições não se desenvolveram com a mesma potência. A

maldição dos salvadores da pátria e dos “pais dos pobres”, com frequência, arruinaram a economia, mataram a liberdade e chegaram a alimentar uma cultura populista, que envenenou para sempre alguns países. Isso talvez explique um pouco por que nossos países ficaram para trás.

Por razões que variam de país a país, o prestígio da democracia liberal em todo o mundo está em recessão. Numa volta a um passado que julgávamos sepultado, estamos assistindo ao crescimento das democracias liberais, não fossem os dois termos tão contraditórios entre si. Essas chamadas democracias têm eleições regulares, mas não há separação dos poderes, nem garantia dos direitos individuais e a lei que prevalece é a vontade do governo. Podem

muito bem ser chamadas de ditaduras disfarçadas.

O “monarca”

O avanço desses arranjos iliberais parece irrefreável. O caso da vez é nada menos que os EUA, o grande modelo de democracia resistente ao tempo — na verdade, a mais antiga das modernas democracias, que parecia a todos constituída para durar sempre. De repente, sem nenhuma pactuação institucional com o Parlamento ou a Justiça, o presidente converteu-se por iniciativa própria em um verdadeiro monarca absoluto. Governa por ordens executivas, sem consulta ao Congresso ou submissão ao Judiciário, sem nenhuma oposição dos demais Poderes e com a

aparente concordância de parcela importante da população. Na contramão da advertência de Popper, está tomando decisões que afetarão irremediavelmente o futuro do seu país. As instituições cederam à vontade dos homens e a democracia norte-americana está sendo derrubada sem resistência, tal como foi um dia derubado o Muro de Berlim, numa suprema ironia da história.

Entre nós, no Brasil, as instituições e as leis nunca tiveram o prestígio que necessitam para serem efetivas. Sofremos da tentação irresistível dos personalismos. Nunca tivemos partidos de verdade, sempre tivemos personalidades. Ainda agora, nossa vida política se resume ao confronto entre dois homens praticamente sem ideias, a cujos

caprichos todos se curvam. Em um campo está o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, exercendo seu terceiro mandato e aspirando a um quarto, apesar da idade e do vazio de seu governo, que anunciou candidamente, na última terça-feira, que o ano de 2027 será o de um desastre fiscal.

No outro campo, o ex-presidente Jair Bolsonaro, embora ilegível, mantém paralisados todas as demais possibilidades eleitorais pela submissão dos possíveis candidatos a uma liderança sem ideias ou projetos de mudanças.

Em todos os campos de atividade do nosso país, há homens e mulheres de alto nível, capazes de competir em qualquer lugar do mundo. Por que só na política falta talento, virtude e mentes criativas?